Terra, chumbo e sangue: A violência contra os povos indígenas na ditadura civil militar brasileira durante o governo costa e silva (1967-1969)

Land, lead and blood: Violence against indigenous peoples in the brazilian civil-military dictatorship during the costa e silva government (1967-1969)

DOI: 10.46814/lajdv3n6-022

Recebimento dos originais: 01/11/2021

Aceitação para publicação: 14/12/2021

Lucas Almeida Figueiredo Ribeiro

Graduando em licenciatura em história pela universidade estadual de feira de santana – uefs.

E-mail: Ribeirolucas1820@gmail.com

RESUMO

Este artigo busca dialogar a respeito da relação entre e os povos indígenas e o governo do general Costa e Silva, diante da ditadura civil militar brasileira, levando em consideração os massacres praticados pelos governos durante todo o período de governo militar (1964-1985). Destaco a importância de trazer esse tema com o intuito entender as motivações dos governos militares, que levaram ao assassinato de mais de 8.300 indígenas em todo o território nacional durante o período citado acima. O enfoque desse trabalho, será no governo do General Costa e Silva (1967-1969) denominado de anos de chumbo, onde ocorreram os piores eventos de violência e tortura contra os povos indígenas e militantes que se manifestavam contra o governo militar. O tema em questão busca além do recorte, navegar nos anseios dos povos originários diante desse processo, suas vivências, lutas e resistências. Documentos produzidos nesse período destacam detalhadamente como funcionavam essas relações, somando a isto, relatórios da cruz vermelha, o relatório figueiredo e boletins informativos da FUNAI. No entanto, o debate irá muito além disso, envolvendo uma complexidade maior do que se imagina, as motivações, leis, decretos, garantias, tudo isso será dialogado e investigado como um princípio motivador dessas relações de violência. O porquê das impunidades garantidas a quem cometia esses delitos, e o que era passado para sociedade, através dos veículos midiáticos de informações, e das próprias declarações do exército brasileiro e da polícia, também será apontado.

Palavras-chave: Indígenas, violência, justiça e resistência.

ABSTRACT

This article seeks to discuss the relationship between the indigenous peoples and the government of General Costa e Silva, during the Brazilian civil military dictatorship, taking into consideration the massacres practiced by the governments during the entire period of military rule (1964-1985). I highlight the importance of bringing up this theme in order to understand the motivations of the military governments, which led to the murder of more than 8,300 indigenous people throughout the country during the period mentioned above. The focus of this work will be on the government of General Costa e Silva (1967-1969), known as the years of lead, where the worst events of violence and torture against indigenous peoples and activists who spoke out against the military government occurred. The theme in question seeks, beyond the cut, to navigate the yearnings of the original peoples in the face of this process, their experiences, struggles, and resistance. Documents produced in this period highlight in detail how these relations worked, adding to this, reports of the Red Cross, the Figueiredo report, and newsletters from FUNAI. However, the debate will go far beyond this, involving a complexity greater than one can imagine, the motivations, laws, decrees, guarantees, all of this will be discussed and

investigated as a motivating principle of these violent relations. The reason for the impunity guaranteed to those who committed these crimes, and what was passed on to society through the media, and the statements of the Brazilian army and the police themselves, will also be pointed out.

Keywords: Indigenous people, violence, justice and resistance.

1 INTRODUÇÃO

Segundo dados da Comissão Nacional da Verdade, cerca de 8.300 indígenas foram assassinados durante a Ditadura Militar no Brasil, o que representa um projeto de silenciamento da memória e vivência dos povos indígenas brasileiros. Segundo as narrativas que antecedem o período aqui estudado desde o início do processo de colonização do Brasil, os povos originários sofreram um intenso processo de transformação, sob as piores formas violência e exclusão por parte dos colonizadores e governos brasileiros. Em 1500, quando foi iniciada a colonização no território em que hoje é o Brasil, cerca de 8 milhões de pessoas residiam aqui e mais 1300 línguas eram faladas em toda extensão territorial. Isso demonstra a complexidade social existente no Brasil, entretanto ao longo do processo de formação da sociedade brasileira essa gama étnica foi forçada a modificar e se adequar a costumes e imposições coloniais, de modo que em diversos episódios da história brasileira os povos nativos foram colocados de lado e inviabilizados enquanto seres ativos nesse processo.

No início de 1964, o Brasil estava prestes a sofrer um golpe militar movimentado por embates políticos anticomunistas e reacionários, em que falácias foram levantadas como verdades pregando a moral e os bons costumes da família brasileira, embasados também por motivações religiosas. O governo em exercício durante as movimentações pré-golpe militar, era conduzido pelo presidente João Goulart, qual seguia uma linha de governo focada nas pautas sociais e anseios dos menos favorecidos. Diante disso, foi criado pelos militares uma crença a respeito de uma ameaça comunista provocada pelo governo “Jango”, o que não passava de um delírio coletivo com um intuito de tomar o poder e colocá-lo nas mãos dos militares. No final de março de 1964, o golpe então foi executado, apoiado não só pelo conchavo militar brasileiro, mas também pelo governo dos Estados Unidos, que buscava através desse apoio alimentar seus interesses econômicos no Brasil. Um ato institucional foi elaborado pelos militares, no intuito de garantir argumentações jurídicas e “legais” que assegurasse o golpe enquanto uma necessidade política para o Brasil naquele período.

A concepção do governo em relação aos povos originários era carregada de preconceitos, alimentando um ideal colonizador cultuado no Brasil desde o início do processo de formação da sociedade brasileira. Segundo o escritor brasileiro Ailton Krenak, o indígena é visto da seguinte forma:

“É claro que durante esses anos nós deixamos de ser colônia para construir o Estado brasileiro e entramos no século XXI, quando a maior parte das previsões apostava que as populações indígenas não sobreviveriam a ocupação do território, pelo menos não mantendo formas próprias de organização, capazes de gerir suas vidas. Isso porque a máquina estatal atua para desfazer as formas de organização das nossas sociedades, buscando uma integração entre essas populações e o conjunto da sociedade brasileira.” (KRENAK, 2019)

Diante disso, essa tentativa de desfazer as organizações indígenas no Brasil fez parte do projeto de civilização proposto pelos militares, e executados por órgãos federativos e inclusive que garantiam a proteção do indígena. O SPI, Serviço de Proteção ao Indígena, fundado em 1910 tinha como objetivo garantir a tutela dos indígenas diante das intempéries do cotidiano social, prezando a proteção e o bem estar do indígena brasileiro. Na prática, essa execução foi bem diferente, diversos escândalos de corrupção, violação de direitos humanos e torturas, foram descobertos em 1967, dando espaço para a criação da FUNAI. Dentro desse processo, a Fundação Nacional do Índio esboçava por traz um projeto de ressocialização dos indígenas com base na exploração do trabalho e no deslocamento de sociedades inteiras, ignorando as particularidades de cada povo, tentando apagar uma história e introduzir de maneira forçada a um costume ordenado pelo governo.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 O RELATÓRIO FIGUEIREDO E OS ANOS DE CHUMBO DE COSTA E SILVA.

Os anos de chumbo como ficaram conhecidos, marcaram a passagem do governo do General Arthur Costa e Silva, tendo iniciado em 15 de março de 1967, após uma eleição indireta entre deputados e senadores, tendo apenas o general como único candidato. O governo é iniciado com a proposta de um milagre econômico pautado em promover obras de infraestrutura e de transformação social. Diante desse processo, a repressão continuava intensa gerando um árduo conflito com a militância que se expressava contra o governo em vigência. Como reação a esses embates, o AI-5 foi instaurado pelo governo Costa e Silva, pregando as mais rígidas e barbaras ações de repressão durante todo o regime.

Voltando ao debate indígena, falaremos aqui de um dos mais importantes relatórios sobre os povos originários e as barbáries sofridas nesse período, o relatório Figueiredo, inquérito instaurado após o fim do SPI, com o intuito de investigar os crimes e atrocidades cometidas por militares e funcionários do estado. Crimes como, violência, tortura, abuso sexual, trabalho

escravo e maus tratos são relatados no documento, no entanto o acesso a esse material só foi liberado ao público muito tempo após o período ditatorial, deixando impune os responsáveis pelas barbáries cometidas. Explícitos no relatório, os crimes eram organizados com o intuito de exterminar grupos específicos, como foi o caso de um grupo que residia em Itabuna ao Sul da Bahia, e os cintalargas presentes no Mato Grosso, ambos exterminados com crueldade.

Com base nas informações citadas acima, ainda é possível ressaltar a falta de amparo as diversas outras etnias que estavam sob tutela do SPI e mais tarde da FUNAI, colocadas em situações de insalubridade e desnutrição. Ao analisar esse período, é possível ressaltar alguns elementos quando comparamos com as sociedades indígenas de hoje, a respeito do acesso a informação e comunicação entre povos distintos, que viabiliza uma resistência unificada e mais sólida. Além das torturas cometidas por funcionários do SPI, o órgão também se omitia a situações cometidas por latifundiários e garimpeiros, abrindo espaço para o interesse mercantil daqueles que dominavam os meios de produção.

O indígena brasileiro, não era visto como ser pertencente a uma nação, mas sim como um problema a ser resolvido ou eliminado, some a isto, diante das execuções governamentais de “apoio” ao indígena o interesse era apenas na exploração. Durante o primeiro ano de governo Costa e Silva a FUNAI, foi criada em resposta aos escândalos do SPI, entretanto ainda sobre vigência da FUNAI em 1969, existia no território indígena do Mato Grosso, o reformatório Krenak, área comandada pelos militares. Segundo BARRETO (2015), o reformatório funcionava na área do antigo posto indígena “Guido Marlière” sendo uma espécie de colônia penal, punindo os indígenas considerados marginais e que resistiam as repressões do regime militar.

De outro modo, à medida que observamos a falta de apoio direto da Funai aos indígenas violentados dentro do período aqui estudado, dentro das informações circuladas pelos jornais a FUNAI era colocada como apoiadora de supostos crimes cometidos por indígenas. Segundo o Diário de Notícias de SP publicado em 4 de dezembro de 1969, indígenas da bacia do Javari, pertencentes há uma das maiores reservas do Brasil naquele período, teriam sequestrado duas meninas brancas, por atos de “vandalismo”. De acordo com a notícia, foi proposto uma ação de “ressocialização” desses povos a partir do PIN, executado no ano seguinte, essa medida falava em “educar e orientar para o trabalho” através de uma colônia organizada pela FUNAI. Ainda segundo a matéria, nessa região eram faladas as línguas “mariouna”, “poyanawa”, “kuyana”, “nukuimi”, “kaparawa” e “katukina”.

Quando comparamos as informações extraídas desse período, principalmente de veículos midiáticos, vemos o interesse político em divulgar os indígenas como seres necessitados de ressocialização, sempre voltados para serem transformados em “objetos” de trabalho. A visão de serem selvagens e tribais, era sempre reforçada quando o assunto era os povos originários, as estratégias pensadas por aqueles que buscavam “melhorias” para esses povos eram sempre no sentido coloca-los sob tutela de algum aparelho estatal, como foi o caso dos postos indígenas espalhados pelo Brasil todo e os reformatórios militares, a exemplo o Krenak, citado aqui nesse trabalho.

Adentrando as concepções sagradas pregadas pelos povos indígenas e qual permanece em debate até os dias de hoje é a terra, que vai muito além de uma necessidade básica desses povos, mas

um direito vital, além da relação sagrada, qual traz a terra como mãe desses povos. O SPI funcionava também como órgão responsável pela demarcação de terras indígenas, como é o caso apresentado no relatório da Comissão Nacional da Verdade, na seguinte passagem:

As terras indígenas demarcadas pelo SPI no Mato Grosso caracterizaram-se por suas extensões diminutas. Jogados com violência em caminhões e vendo suas casas sendo queimadas, índios Guarani e Kaiwoá foram relocados à força nessas áreas, em uma concentração que provocou muitos conflitos internos. Esse confinamento foi um método de “liberação” de terras indígenas para a colonização. (CNV, v. 2, 2014, p.201).

A característica principal dessa proposta era dar espaço para as transformações elaboradas pelo governo, dentro do plano de modernização proposto por Costa e Silva, porém não ficou limitada a esse período, visto que o plano de construção de obras públicas teve continuidade pelos governos seguintes. No entanto, afirma JÚNIOR e PEREIRA (2018) o seguinte, a respeito dos despejos e retiradas de povos específicos de seus territórios:

A política indigenista do governo militar, implementada a partir de 1967, ensejava a desocupação de áreas consideradas estratégicas, cabendo aos agentes da FUNAI a retirada forçada de grupos indígenas, muitos dos quais com escasso contato. Essa operação resultou em recorrentes episódios de etnocídio. (...) Os Cinta Larga, cuja população remanescente se localiza no Estado de Mato Grosso e Rondônia, constituem um exemplo contundente de violência institucional perpetrada por essa política indigenista durante a Ditadura Militar. (JÚNIOR E PEREIRA, 2018, P. 41)

2.2 AS PRÁTICAS MILITARES DE TORTURAS CITADAS NOS RELATÓRIOS E A TRANSIÇÃO DO GOVERNO COSTA E SILVA PARA O GOVERNO MÉDICI.

Dando continuidade ao debate iniciado acima, as práticas de torturas realizadas na era militar brasileira não se limitam apenas as que foram citadas nesse trabalho, visto que somente o Relatório Figueiredo traz 7 mil páginas e 30 tomos em sua versão original,¹ relatando diversas barbáries praticadas, entretanto as milhares fontes retiradas de jornais, periódicos, relatórios da Cruz Vermelha entre outros documentos. Nas primeiras páginas do relato escrito por Jader Figueiredo, é citada uma prática brutal e comum utilizada pelos torturadores, o “tronco” utilizado principalmente nas colônias de torturas espalhadas pelo interior do Brasil. O tronco, como era denominado, consistia segundo aparece no 7º parágrafo da página 3 do relatório Figueiredo, na “trituração do tornozelo das vítimas, colocado entre duas estacas enterradas juntas em ângulo agudo.”.

Diante das práticas “civilizatórias” empreendidas pelo militarismo brasileiro durante a ditadura, não posso deixar de citar as expedições religiosas praticadas contra alguns povos, a exemplo os “Waimiri-Atroari”, localizados hoje no sudeste do estado de Roraima. Segundo VALENTE (2017),

¹ Informações disponíveis em: <https://www.ufmg.br/brasildoc/temas/5-ditadura-militar-e-populacoes-indigenas/>

esse povo foi intercedido pela expedição do Padre Calleri, executada a partir de uma ordem da FUNAI divulgada através do Diário Oficial da União, no dia 06 de agosto de 1968. Essa expedição representa aquela antiquada proposta colonizadora empregados nos anos iniciais da presença portuguesa aqui no Brasil, marcando então o retrocesso feito pela ditadura e além, por parte de órgãos intitulados de proteção ao indígena. A expedição de fato foi iniciada em 22 de outubro do mesmo ano, durando cerca de dez dias, terminando de forma trágica marcada pela morte de nove integrantes do grupo, ambos assassinados pelo povo Waimiri-Atroari.

No entanto, o que deve ser levado em análise é que esse episódio marca um movimento de resistência empregado pelo povo Atroari, que diante das tentativas de negociação impostas pela expedição não aceitaram, agindo de forma truculenta às imposições do estado. Sabemos então que a motivação da expedição partiu da aproximação dos indígenas ao canteiro de obras do governo, visto que a tentativa era negociar com os povos para que eles se afastassem, cedendo a localidade para continuação das obras.

O processo de ser indígena diante do regime ditatorial brasileiro, virou uma questão de sobrevivência e não apenas de vivência, em meio a tantos ataques aqui citados, sobreviver virou rotina desses povos quais estavam fora das prioridades do governo, visto que os indígenas estavam à parte da modernização imposta à sociedade. Acontece que ao estudarmos o indígena em qualquer período da história do Brasil pós colonização, veremos proximidade entre os relatos, massacres, doenças, falta de amparo, brigas territoriais, e inúmeras outras questões que ferem a vivência do indígena brasileiro.

Citado aqui nesse trabalho, daremos destaque a uma ação que marca o governo Costa e Silva e o caracteriza como o início dos Anos de Chumbo, a promulgação do AI-5. Uma série de determinações, censuras e repressões foram ordenadas através desse ato institucional, relatado por ALVES (2005) da seguinte forma:

“ O AI-5 introduziu um terceiro ciclo de repressão...O terceiro ciclo caracterizou-se por amplos expurgos em órgãos políticos representativos, universidades, redes de informação e no aparato burocrático de Estado, acompanhados de manobras militares em larga escala, com indiscriminado emprego da violência contra todas as classes” (ALVES, 2005, p.171,172)

Um ano após a promulgação do AI-5 o governo Costa e Silva termina, em 1969, dando início ao então presidente Médici, qual seguia o caráter linha dura mantendo então os anos de chumbo iniciados pelo General Arthur Costa e Silva. Os massacres e violências aplicadas aos indígenas são relatados também nos anos seguintes, cessados apenas quando a constituição brasileira de 1988 é instaurada, essa, no entanto segue em vigência até os dias de hoje. Sete anos após o fim do período

aqui estudado, em 1976, obras de infraestrutura continuaram sendo executadas pelo interior do Brasil, principalmente na região norte. Como foi o caso da abertura da rodovia Transamazônica BR-320, que de maneira trágica afetou 29 grupos indígenas, 11 deles estavam completamente isolados. Essas obras faziam parte do PIN (Plano de Integração Nacional), iniciadas em 1973 pelo governo de Castelo Branco.²

3 CONCLUSÃO

A proposta desse artigo foi analisar o processo dos povos indígenas diante da ditadura civil militar brasileira, em específico durante o governo do presidente Arthur Costa e Silva (1967- 1969), em meio aos ataques sofridos por esses povos pelo regime militar. O escrito em questão se limitou apenas em um período individual, visto que será aprofundando futuramente para um trabalho de conclusão de curso. A temática aqui discutida, buscou navegar entre os anos anteriores e posteriores ao período recortado, servindo de explicação para algumas questões que estavam à tona. Por meio da leitura e análise de diversos artigos, relatórios e periódicos, foi possível entender o que estava por trás dos massacres cometidos por militares e latifundiários, assim como as motivações e impunidades concedidas aos praticantes.

A forma como as informações eram manipuladas e passadas, serviu de reforço de um ideal colonial sobre o índio “selvagem” e “passivo, no entanto vimos o contrário e através do debate diante das leituras sobre o tema, foi possível comprovar um processo de resistência a atividade partida dos povos indígenas diante das mazelas sofridas. Portanto, a temática abordada se enquadra em uma nova proposta de estudos, visto que se trata de um tema recente e que necessita de mais pesquisas e perspectivas diferentes de análise das fontes e métodos relacionados ao período.

² Informações disponíveis em: <https://memoriasdaditadura.org.br/indigenas/>

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. R. C. (2010). **Os Índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil: (1964-1985)**. 2ª. ed. Bauru:Edusc, 2005.
- BARRETO, R. Marcos; EITERER, Edylane. **Memórias Indígenas na Ditadura: Cárcere e Totura no Reformatório Krenak**. Anais do VII Congresso internacional de História. 2015.
- FACHONE, P. Jaqueline. **Indígenas na ditadura militar: Relatos de violência aos indígenasdo paran durante o perodo da ditadura no Brasil**. Anais do XVII Encontro regional de Histria da Anpuh-PR. 2020.
- JESUS, Z. R. **Povos Indgenas na Histria do Brasil: Invisibilidade, Silenciamento, Violncia e preconceito**. Anais do XXVI Simpsio Nacional de Histria. Anpuh. So Paulo, julho 2011.
- JNIOR, G.A de Alaor; PEREIRA M, Robson. **Revista Ns: Cultura, Esttica e Linguagens** v.04 n.01 – 2019.
- VALENTE, Rubens. **Os fuzis e as flechas: histria de sangue e resistncia indgena na ditadura**. So Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- SOUZA, Helloiza. **A Ditadura civil militar na Bahia e o relatrio Figueiredo: Novas perspectivas e abordagens da histria indgena baiana**. Anais do IX Encontro Estadual de Histria. Anpuh-BA. 2018.
- MACARINI, P. Jos. **A poltica econmica do governo Costa e Silva 1967-1969**. R. Econ. contemp., Rio de Janeiro, 10(3): 453-489, set./dez. 2006.
- KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. So Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- (**Relatrio Figueiredo**). Braslia, 1967. _____. Direito verdade e memria: Comisso Especial sobre Mortos e Desaparecidos Polticos.

DOCUMENTOS

- <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>
- <https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=DocIndio&pagfis=231354>
- <https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=DocIndio&pagfis=8>
- <https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=AcervPeI&pagfis=320>
- <https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=DocIndio&pagfis=16021>
- <https://midia.mpf.mp.br/6ccr/relatorio-figueiredo/relatorio-figueiredo.pdf>